

**AS PRÁTICAS SÓCIOEDUCATIVAS COM OS POBRES NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO: O DISCURSO OFICIAL EM JORNAIS DE SÃO
GONÇALO E NITERÓI (1930 -1940)**

Lara Cristina Veiga Bernardo, Arthur Vianna Ferreira.

1- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Autor Correspondente:

Arthur Vianna Ferreira

E-mail: arthuruerjffp@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho faz parte do Projeto de Extensão desenvolvido pelo grupo de pesquisa e extensão Fora da Sala de Aula (UERJ/FFP), coordenado pelo professor Dr. Arthur Vianna, desde março de 2016, a fim de compreender as representações de pobreza no município de São Gonçalo e suas repercussões na educação e assistência (ou falta da mesma) para com as camadas empobrecidas da região. O recorte aqui apresentado objetiva comparar as representações coletivas feitas por dois jornais da região metropolitana do Rio de Janeiro: *O São Gonçalo* e *O Fluminense*, entre as décadas de 1930 e 1940, tendo como foco principal as notícias referentes à educação, pobreza e iniciativas assistenciais voltadas para as mesmas. A comparação entre as duas fontes permite, além de tomar notas sobre os acontecimentos noticiados, perceber que, de acordo com os objetivos dos jornais, certas notícias eram ou deixavam de ser veiculadas. Ao analisar ambos periódicos, percebe-se que poucas foram os acontecimentos veiculados pelos dois. Enquanto *O São Gonçalo* apresenta uma perspectiva pró-governo e claramente aliada aos comerciantes locais, *O Fluminense* se apresenta mais próximo à Igreja Católica ao mesmo tempo que mais crítico em relação às iniciativas públicas. Os discursos construídos pelos jornais tendem a expressar uma forma específica de tratamento aos pobres dada pelas classes responsáveis pela educação e assistências desses grupos sociais que valorizam ações que não valorizam o protagonismo desse grupo. Ao contrário, auxiliam na permanência do status sociais que esses grupos se encontram organizados nesse município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras chave: Camadas empobrecidas – Jornal O São Gonçalo – Jornal O Fluminense – Práticas socioeducativas e assistenciais.

ABSTRACT

The article is part of the extension project developed by the research and extension group Outside the Classroom (UERJ / FFP), coordinated by Professor Dr. Arthur Viana, since March 2016, in order to understand the representations of poverty at São Gonçalo city and that repercussions on education and assistance (or not) to the poor people of this region. The paper compares the representations made by two newspapers in the metropolitan region of Rio de Janeiro: O São Gonçalo and O Fluminense, between the 1930s and 1940s, with the main focus being on education, poverty and welfare initiatives for them. This work between the two sources allows to realize that, according to the objectives of the newspapers, certain news were or were no longer published. When analyzing both journals, it is perceived that few events were carried by the two. While O São Gonçalo presents a pro-government perspective and clearly allied with local merchants, O Fluminense is closer to the Catholic Church, while more critical of public initiatives. Booth discourses constructed by the newspapers express a specific form of treatment to the poor given by the classes responsible for the education and assistance of these social groups that value actions that do not value the protagonism of this group. On the contrary, they help in the permanence of the social status that these groups are organized in this municipality of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

Keywords: Poor People - Newspaper O São Gonçalo - Newspaper O Fluminense - Social and educational practices and assistance.

1. INTRODUÇÃO: A PEDAGOGIA SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DO CAMPO SOCIOEDUCATIVA.

Ao longo da história, as classes empobrecidas foram objeto de diversas articulações de práticas socioeducativas. De fato, a pergunta que realizamos é qual o real benefício para esses grupos empobrecidos usufruem das relações socioeducativas estabelecidas por aqueles que organizam as rotinas educacionais ao longo da história.

Assim sendo, se debruçar sobre os discursos oficiais impressos dos Jornais em circulação no município de São Gonçalo, foco dessa investigação, busca-se compreender como os grupos sociais responsáveis por dirimir a pobreza na região organizavam as práticas educacionais para as camadas empobrecidas da sociedade gonçalense. Ao mesmo tempo, visamos pistas que nos ajude a entender como as classes detentoras do poder local disseminavam entre seus pares, as suas ideias, crenças, valores e representações, e possivelmente sociais, sobre os mais empobrecidos e as suas necessidades básicas em um determinado período histórico. Ressalta-se que àquilo que está impresso nos jornais não representa, necessariamente, as reais demandas dos grupos empobrecidos, mas sim aquilo que os que organizam as práticas sociais determinam como importante para os grupos que são focos dessas práticas. Esse parece ser o anúncio do problema que queremos descortinar para posteriores pesquisas sobre o mesmo assunto, mas que não são focos desse artigo.

A partir dessa reflexão inicial, utilizamos o campo teórico da Pedagogia Social buscando contrapontos fundamentais para entendermos que ao longo dos discursos sobre pobreza, as práticas socioeducativas são construídas de forma a promover o grupo social que a está organizando e não necessariamente a transformação da condição socioeconômica dos indivíduos. Ao contrário, as práticas socioeducativas se apresentam como uma possibilidade de assistência (e permanência) à situação de empobrecimento dos indivíduos, não gerando uma emancipação satisfatória aos indivíduos dessa sociedade.

2. A PEDAGOGIA SOCIAL COMO CAMPO TEÓRICO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO.

A Pedagogia Social, enquanto campo teórico expresso nessa terminologia, surgiu na Alemanha no início do século XX. Um dos mais significativos teóricos do tema é o alemão Paul Natorp², que influenciou diversos estudos sobre o tema, primeiramente na Europa, onde a área assumiu um cunho de elevada importância (principalmente nos países nórdicos e germanos), e posteriormente na África e na América Latina, como por exemplo, em ações socioeducativas como a de Paulo Freire através de suas teorias educacionais e estudos sobre Educação Popular.

² SILVA, Roberto da, NETO, Clemente de Souza, MOURA, Rogério Adolfo (orgs.). *Pedagogia Social*. Ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2009, p. 29.

Embora o termo “Pedagogia Social” tenha sido forjado como tal no início do século XX, as raízes do pensamento pedagógico social são encontradas bem antes. O desenvolvimento das cidades e consecutivamente, o crescimento da miséria e da indiferença social geraram problemas, pensados, assim como no campo da sociologia e da literatura, no da educação por teóricos como Pestalozzi, desde o século XVIII. Neste ponto, a educação surge como principal solução para os problemas sociais. Para que a educação possa cumprir esse propósito, novos métodos foram criados, contribuindo para o campo da política e da economia dos países.

A Pedagogia Social surgiu como contraponto à compreensão de uma pedagogia voltada para a assimilação dos conteúdos do fim do século XIX que defendida como o pensamento racional que, a partir de que somente a partir do conhecimento individual dos conteúdos o sujeito iria atingir a dimensão social. A pedagogia social vem valorizar os outros diversos espaços sociais de aprendizagem, onde os conteúdos são forjados e são reorganizados. A criação do termo não vem contestar a sociabilidade da Pedagogia Tradicional, mas vem marcar o social como o espaço de constante aprendizagem, ainda que os currículos e os sistemas formais de ensino não os reconheçam com a devida importância.

Desta forma, no final do século XIX e início do XX, não existiam pretensões de que este campo teórico se tornasse algo à parte, mas que contribuísse para os campos já existentes, onde a sociedade deveria ser levada em consideração, visto ser o todo ser humano um *homo educandus*³.

Alguns dos primeiros teóricos da Pedagogia Social buscavam apenas ampliar o escopo do campo educacional e construir uma teoria adicional para complementar a Pedagogia individual, isto é, a *aprendizagem do indivíduo*. Além disso, alguns quiseram criar um novo paradigma no âmbito do debate sobre Educação. Por exemplo, Natorp, o teórico mais importante da Pedagogia Social na virada do século XIX para o XX, reivindicava que toda a Pedagogia deve ser social, isto é, de que, na Filosofia da Educação, a interação entre processos educacionais e a sociedade deve ser sempre levada em consideração [...]. A ideia do *homo educandus* é um componente essencial do conceito de Pedagogia Social. (SILVA, NETO, MOURA 2009, p. 33)⁴

Tendo como fundamento a Antropologia Filosófica, a Política e a Sociologia, a Pedagogia Social estava preocupada com a assistência prática, social, que deveria estar primeiramente baseada na compreensão do outro como o semelhante em sua natureza humana.

³ Do latim, homem que educa. *Ibidem*, p. 33.

⁴ *Ibidem*.

Unida ao Trabalho social utiliza, a partir da década de 1960, o método educacional como estratégia para “impedir e corrigir problemas sociais e aplica-los no combate à aflição social” (*Ibdem*, p. 38) e desta foram, através de uma abordagem crítica, reconhecer o indivíduo como original e social valorizando a dignidade humana.

Assim, a ajuda social se radicaliza, aproximando a Pedagogia Social do campo das ciências sociais, onde teoria e prática se unem.

Segundo Silva, Moura e Neto (2009), alguns pedagogos voltados para as mazelas social são citados, como Dom Bosco, Henrique Pestalozzi e Paulo Freire, que mesmo sendo assim considerados, nunca utilizaram o termo para se definirem, o que confirma a teoria defendida ao longo do texto, que uni a Pedagogia Social e o Trabalho Social, tornando difícil uma definição muito delimitada.

A Pedagogia Social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não-formais, e é organizada fora das normais agências educativas, como a escolar e a familiar, embora não exclua essas duas normais agências educativas de sua metodologia. Se diferencia da Educação formal que se desenvolve diretamente na família e na escola e daquela informal, caracterizada pela falta de intencionalidade educativa e que se desenvolve através da convivência familiar do grupo de pares e dos meios de comunicação (*Ibdem*, p.54).

Segundo Ferreira, Dom Bosco, citado, é um exemplo que caracteriza a Igreja Católica como uma das primeiras a praticar a “pedagogia social”, sendo esta inauguradora das primeiras escolas para pobres e no caso do Brasil, em particular, a primeira a alfabetizar as populações indígenas e promover uma educação “fora da sala de aula”, na mata virgem, recém-encontrada pelos exploradores portugueses.

A educação das camadas empobrecidas tem sua configuração na colonização de nosso país. Ao revermos os estudos de autores como Costa (1998), Fernandes (1978) e Freyre (1990^a); (1990b), constatamos que o Brasil recebeu uma configuração específica na sua consolidação dada pela nossa história que nos caracteriza enquanto povo mestiço de várias etnias. Esta ‘mestiçagem’ torna-se um dos elementos importantes na constituição do nosso povo e pelo qual se movimenta a cultura brasileira. (FERREIRA, 2012, p. 17)

A educação religiosa, tal como a educação familiar, é caracterizada como social, sendo, principalmente a familiar, a primeira que a criança irá receber, ou no caso de ausência familiar ou religiosa, a primeira que irá faltar, afetando diretamente no desenvolvimento individual do futuro adulto, seja de forma negativa ou positiva.

Conforme Ferreira (2012), desde a chegada dos colonizadores portugueses em 1500 até as políticas educacionais mais recentes, é possível observar, que embora os estudos sobre Pedagogia Social venham sendo desenvolvidos desde o início do século XX, ainda hoje, no país, o seu papel como campo teórico ainda se encontra pouco conhecido e valorizado. É possível, no entanto, constatar um avanço nos direitos e benefícios garantidos às camadas empobrecidas, em particular após a redemocratização de 1985, que incluíram, mais recentemente, a população em situação de rua como miserável e garantiram ampliação da Educação para os mais pobres, através do sistema de cotas, FIES e PROUNI.

Gadotti (2011) relaciona e diferencia os três eixos educacionais e comenta sobre as lutas que os educadores de níveis diferentes - embora como o próprio título mencione, interligados -, que garantiram a implementação de leis que garantissem direito à Educação para as camadas empobrecidas.

O que tem em comum a prática dos *educadores populares, sociais e comunitários* que lutam hoje contra a precarização do seu trabalho e a favor do reconhecimento de sua função na sociedade? Tem em comum uma longa história e muitos aprendizados de experiência feitos na luta pelo direito à educação, por moradia, por trabalho decente, por saúde pública, por segurança alimentar etc (GADOTTI, 2011, p. 4).

O autor procede relacionando os trabalhos dos diferentes educadores:

Eles são arte-educadores, oficineiros, artistas populares, artesãos, mas são também professores, advogados, sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, trabalhadores sociais, historiadores, geógrafos, físicos matemáticos, químicos, inclusive delegados de polícia, promotores, juízes, administradores públicos, militares, engenheiros e arquitetos, trabalhando no campo, nas periferias urbanas, nos centros degradados das metrópoles, nas ruas e praças, com crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas portadoras de deficiências, quilombolas, indígenas, catadores de produtos recicláveis. Eles são voluntários ou contratados por organizações não-governamentais, por empresas privadas ou pelo poder público, trabalhando por um meio ambiente sustentável, pelos direitos humanos, pela cidadania, no trânsito, na formação profissional, no empreendedorismo, no protagonismo infanto-juvenil, no esporte, cultura, lazer, em atividades subsidiárias do ensino formal desde a educação infantil até o ensino superior, tratando da problemática das migrações, da marginalização, dos habitantes da rua, dos dependentes químicos, de apenados, do analfabetismo, chegando muitas vezes até onde o poder público não consegue chegar. Impossível ignorar toda essa *energia positiva* em favor de um outro mundo possível (IBDEM, p. 5).

Este trecho do Gadotti remete à Pedagogia da Convivência, discutida por Graciani (2014) e Jares (2007). De acordo com os autores, a Pedagogia da Convivência favoreceria o diálogo e repercutiria na proximidade entre educando e educador.

A Pedagogia da Convivência reconhece que são direitos legítimos da criança e do adolescente o direito à liberdade, à dignidade, à integridade física, psicológica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos sociais, individuais e coletivos diante do Estado e da sociedade (GRACIANI, 2014, p. 95)

[...] A convivência faz referência a conteúdos de naturezas bem distintas: morais, éticos, ideológicos, sociais, políticos, culturais e educativos, fundamentalmente. Conteúdos que podem ser agrupados em três grandes categorias: conteúdos de natureza humana [...]; conteúdos de relação [...]; conteúdos de cidadania [...] (JARES, 2007, p. 29).

Estes autores lembram ao Educador Social que o trabalho com as camadas empobrecidas requer uma maior entrega, uma dedicação particular. É preciso, pois que o Educador saia de si, de suas próprias perspectivas e preconceitos e vá ao encontro dos outros. E isto, como Graciani (2014) destaca, não se estabelece somente na relação educador-educando, mas também nas demais relações, sistêmicas, sociais, burocráticas, governamentais e institucionais, nas quais o pedagogo serve de ponte.

Até o presente momento, todos os textos trabalhados até agora foram estudados e discutidos no Grupo de Estudo do Grupo de Pesquisa e Extensão “Fora da Sala de Aula” da UERJ ao longo do ano de 2016.

Ferreira (2012) no indica a importância de pensarmos sobre as representações que os que organizam as atividades as práticas socioeducativas com as que ele também possui sobre o grupo social que ele busca atender, ou seja, os pobres. De acordo com o autor, a população pobre tem necessidade de ser escutada, acompanhada, e reconhecida como cidadãos livres em direitos e deveres. As práticas socioeducativas devem surgir desse movimento. Caso ao contrário, estaremos atendendo não as reais necessidades da população, mas sim o que o grupo social entende por necessidade intrínseca do sujeito empobrecido, categorizando-o como um ‘pseudopobre’, ou seja, não pobre real com suas mazelas e necessidades individuais, mas sim o ‘pobre idealizado’ pela cultura e pelo sistema econômico a que serve os processos educacionais em nosso país. (cf. FERREIRA, 2012, p.89)

No Brasil, ainda hoje, a profissão do Educador Social não é reconhecida – embora exista o profissional e a prática –, o que gera precarização no sistema de atendimento, acompanhamento e aprendizagem. Uma das lutas dos educadores sociais (presentes em massa nos grupos de estudo) é proporcionar um reconhecimento (e conhecimento) da Pedagogia Social e de seus campos com Educação, para proporcionar uma maior valorização e especialização do trabalho. Os discursos históricos desses sujeitos da educação podem nos ajudar a perceber como eles vão construindo a sua prática e como ela vai também sendo precarizada ao longo da história. Afinal, uma prática precária para um sujeito precário. Será que faz sentido? Vejamos as inferências dessa realidade a partir dos discursos oficiais na história de São Gonçalo.

3. SOBRE POBREZA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA: OS JORNAIS O SÃO GONÇALO ENTRE 1931 E 1941.

Para pesquisa no jornal *O São Gonçalo* foi feito um recorde por décadas. Neste artigo serão analisados os periódicos de 1931 e 1941, que marcam os primeiros anos do jornal, e um período similar ao analisado no *O Fluminense* (1930 e 1940).

Durante o governo Vargas, o jornal funcionava principalmente como folha de avisos e ata comum para diversos grupos e iniciativas públicas e privadas. Ao analisar tais notícias e atas, foram encontrados elementos interessantes para entender as representatividades de pobreza e a memória coletiva⁵ geradas por tais representações.

As principais iniciativas socioeducacionais voltadas para as camadas empobrecidas abordadas pelo *O São Gonçalo*, partiam de grupos privados de comerciantes e espíritas. Por mais que diversas notícias religiosas possam ser encontradas (em geral avisos de missas e festividades), a impressão ao ler as páginas do periódico é

⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

O historiador Maurice Halbwachs, em seu livro *A Memória Coletiva*, aborda o tema das memórias construídas por um grupo de cidadãos, a História escrita pela população, nem sempre registrada em livros, mas que reflete no modo de se comportar frente determinadas circunstâncias. No caso mais específico do tema do grupo de pesquisa e extensão (Pedagogia Social), a pesquisa auxilia para melhor compreensão sobre a atenção dada às políticas educacionais, fora das salas de aulas, desenvolvidos no município de São Gonçalo e arredores, como investimentos e criações em/de ONGS, orfanatos, abrigos, projetos sociais, dentre outros tipos de ações educacionais-sociais existentes fora do ambiente escolar e voltadas para as camadas empobrecidas da população.

que a presença da Igreja de Niterói⁶ junto aos pobres era ínfima, pouco veiculada e de pouca relevância.

Um exemplo de atividade realizada por grupo de comerciantes e espíritas foi a “Caixa Auxiliadores dos Pobres de São Gonçalo”, para o qual o jornal serviu de ata e mural de avisos. Sobre este dado é interessante constatar que em um momento em que a maioria dos pobres não sabia ler, as notícias acabavam servindo para elogio dos benfeitores e pedido de colaboração de outros comerciantes da cidade, que poderiam ser considerados “pouco caridosos” caso não contribuíssem.

Neste ponto, alcança-se uma contradição quanto à presença católica. Embora as iniciativas privadas não católicas alcançassem primazia, a utilização de termos e perspectivas cristãs eram tão comuns a ponto de ser possível julgar uma grande presença da Igreja na região.

Como característica comum até os dias atuais, *O São Gonçalo* apresentou entre as décadas de 1930 e 1940, uma postura favorável ao governo vigente, não deixando de noticiar as iniciativas públicas, que consistiam principalmente na criação de escolas, e que entre as décadas analisadas alcançou espaço cada vez maior, a ponto de anos mais tarde quase que sufocar as iniciativas sociais privadas.

4. AMPLIANDO A REGIÃO DE SÃO GONÇALO: O JORNAL O FLUMINENSE ENTRE 1930 E 1940.

Utilizando a mesma metodologia que a abordada para analisar *O São Gonçalo*, os anos de 1930 e 1940 foram selecionados para a pesquisa, realizada principalmente pelos jornais disponíveis pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁷.

Na primeira metade do século XX, *O Fluminense* se apresentava como um jornal claramente católico, tendo em todas as publicações notícias das atividades eclesiais, o que inclui iniciativas socioeducacionais.

Distribuição de pães aos pobres, ações das damas da caridade, criação de abrigos para moradores em situação de rua, são noticiados pelo jornal, que ao ser analisado, cria uma impressão de que a Igreja era a principal benfazeja da região metropolitana fluminense.

⁶ O município de São Gonçalo pertencer territorialmente à Arquidiocese (então Diocese) de Niterói, que abrangia (e ainda abrange) grande parte do Estado do Rio de Janeiro. O termo “Igreja Particular” também pode ser utilizado para se referir a uma Diocese ou Arquidiocese e pode ser encontrado neste trabalho.

⁷ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Os valores evangélicos de pobreza e caridade são difundidos pelo jornal a ponto de criar uma “Caixa de Escolas” própria do *O Fluminense*, que sempre lançava notícias pedindo colaboração de benfeitores, agradecendo pelos mesmos ou noticiando alguma distribuição feita.

Segundo Vala (1986) o crescente número de favelas no Rio de Janeiro, que geraria medidas de higienização e remoção durante o governo Vargas, foi também um fator de impacto para a região metropolitana, que recebeu parte desta população, seja nas ruas, seja na criação de novas favelas em Niterói e São Gonçalo.

Adultos nas fábricas e crianças nas escolas, e quando de férias em cursos ou colônias. Essa prática socioeducativa de cuidar das crianças seria também garantir o bem no presente e no futuro do país. Ao mesmo tempo em que o governo trabalhista proporcionou a criação de medidas em favor dos trabalhadores, e exerceu um forte controle sobre os sindicatos, diversas escolas e cursos foram criados neste contexto.

A preocupação crescente com as crianças iria demonstrar o seu ápice nas últimas décadas do século XX, mas já pode ser observada em 1940. É claro que nem todas as crianças causavam incômodo, mas somente àquelas filhas de pais que trabalhavam nas novas fábricas nacionais. As crianças pobres foram uma preocupação para o Estado e para a Igreja, que criou creches e escolas neste período. No século XX, a Igreja de Niterói fundou, somente na antiga capital do Guanabara⁸, oito creches. Hoje, destas oito, apenas quatro estão abertas, diminuindo as iniciativas privadas ou institucionais.

Pode-se destacar a criação, por uma instituição privada, da “Escola das Mãezinhas”, que consistia em uma escola para meninas com o intuito de “integrar [...] na verdadeira compreensão do seu sexo” (O FLUMINENSE, 1940)⁹. Esta escola consistia, pois, em ensinar as pequenas a serem futuras boas mães. A preocupação como o futuro aparece, nesta obra, de forma mais exemplar que em qualquer outra.

Em *O Fluminense*, as notícias estatais são veiculadas sem exagerada exaltação. As iniciativas socioeducativas privadas tinham o mesmo espaços de divulgação que as estatais. Tal análise faz perceber que as memórias coletivas construídas uniriam religiosidade e direito à cidadania garantida pelo Estado.

⁸ A cidade de Niterói era a capital do Estado da Guanabara quando o Distrito Federal de situava na cidade vizinha, Rio de Janeiro. Na década de 1960 o Distrito Federal passou para a região Centro-Oeste (Brasília) e a cidade do Rio de Janeiro se tornou capital do Estado, a partir de então chamado pelo mesmo nome.

⁹ JORNAL O FLUMINENSE. Niterói, março de 1940.

5. COMPARAÇÃO ENTRE AS FONTES.

Ao analisar exemplares do jornal *O Fluminense* do ano de 1930 encontraram-se notícias e perspectivas muito diferentes das encontradas no jornal *O São Gonçalo* (1931). É possível perceber em *O São Gonçalo*, um tradicional posicionamento sempre a favor dos governos vigentes e de grupos de comerciantes e fazendeiros locais. Em contrapartida, em *O Fluminense* é possível encontrar um maior número de denúncias, críticas aos governos e notícias sobre atividades promovidas por entidades não governamentais.

Diferente do que pode ser observado do Jornal *O São Gonçalo*, a maioria das notícias de atividades, organizações e ações direcionadas às camadas empobrecidas, registradas pelo *O Fluminense* partem da Igreja católica. Este jornal apresenta um olhar cristão sobre a sociedade da época e uma representação de pobreza diferente daquela até então analisada. Para o *Fluminense* o auxílio para os pobres está baseada como um ideal de todos os que são ditos como Católicos. A caridade é um dos elementos que se impõem sobre a sociedade de Niterói. *O São Gonçalo*, por outro lado, apresenta uma perspectiva mais próxima dos comerciantes locais e espíritas, e pró-governo e o exercício da caridade para os pobres estava sendo utilizada para a promoção daqueles que estavam no poder local.

Comparando os periódicos de 1940, com os de 1930, não podem ser observadas muitas mudanças em relação ao olhar lançado à pobreza. Talvez, uma característica importante, também encontrada em *O São Gonçalo*, seja à crescente presença do Estado, mesmo que sutil, nas escolas, nos eventos beneficentes e no controle sindical.

É possível constatar, que o jornal *O Fluminense* abordava questões não trabalhadas pelo *O São Gonçalo*, e vice-versa. Podem ser observadas aqui, diversas iniciativas da Igreja e de grupos individuais, em paralelo com as estatais e fatores sobre instituições inauguradas que, embora tenham sido mencionadas pelo outro jornal, não o foram da mesma forma. Isto vale para o Abrigo Cristo Redentor, por exemplo, que embora tenha sido mencionado pelo *O São Gonçalo*, não declarou que a Catedral de Niterói tinha feito uma campanha de arrecadação para tal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os periódicos fossem de cidades vizinhas, ambas da região metropolitana, do mesmo território diocesano e pertencentes ao mesmo período, a leitura das fontes, por

vezes, faz crer que se tratavam de ao menos locais muito diferentes, com exceção de algumas poucas notícias convergentes.

Pobres para caridade, pobres para serem amados, pobres de espíritos para sermos, pobres bons e pobres vadios, pobres menores e pobres doentes, pobres que encarnam Cristo. O Fluminense apresenta diversas iniciativas da Igreja católica, algumas evangélicas e privadas de forma geral, para com as populações empobrecidas. No espaço geográfico de Niterói, as iniciativas privada das igrejas religiosas parecem ir ao encontro das diversas denominações de pobres relatados pelo Jornal. Ao mesmo tempo, as iniciativas governamentais não parecem ser muito amistosas para com esta população.

Comparando os relatos encontrados em *O São Gonçalo* e *O Fluminense*, fica quase difícil de acreditar que tratavam da mesma região geográfica, dividida muitas vezes separada por uma mesma rua. Mesmo assim, os responsáveis pelas práticas socioeducativas se diferenciam, mudando também as possíveis representações sobre os pobres. Contudo, uma única coisa que essa pesquisa que continua em construção mostra é que os pobres foram tratados como o grupo social favorito para promoção tanto do Estado quanto da iniciativa privada, não se fazendo presente a voz e as demandas desses sujeitos empobrecidos. Precisamos continuar as atividades de investigação para ver até que ponto as práticas socioeducativas atendem realmente as demandas dos pobres e não somente daqueles que promovem a ‘caridade’ como forma de prática educativa para os mais pobres dessa região metropolitana do Rio de Janeiro ao longo da história da educação social nesse estado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALIMAN, Geraldo. “Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito”, In: SILVA, Roberto da (org.). **Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral**, volume 2. Ed. São Paulo: Arte e Expressão, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representações. **Revista das Revistas: Estudos Avançados**, vol. 11, n.5, 1991.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e Identidade Profissional: Elementos e práticas educacionais com os pobres**. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

GADOTTI, Moacyr. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas com uma causa comum. In: SILVA, Roberto. **Pedagogia Social** – volume 2. São Paulo: Expressão e arte, 2011.

GRACIANNI, Maria Stella. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JARES, Xesus. **Pedagogia da Convivência**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

JORNAL O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1930 – 1940.

JORNAL O SÃO GONÇALO. São Gonçalo, 1931 - 1941.

SILVA, Roberto da, NETO, Clemente de Souza, MOURA, Rogério Adolfo (orgs.). **Pedagogia Social**. Ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

VALLA, Victor Vicent. **Educação e Favela**. Petrópolis: Vozes, 1986.